

Cofre das graças

A DIFÍCIL PRESERVAÇÃO DA COERÊNCIA DA POLÍTICA MACROECONÔMICA

ROGÉRIO L. F. WERNECK

Em artigo publicado na semana passada (10/2) em *O Globo*, Celina Vargas do Amaral Peixoto fez uso de uma oportuna citação de Victor Nunes Leal. Extraída do clássico *Coronelismo, enxada e voto*, escrito há pouco mais de meio século, a frase sintetiza de forma muito clara a reciprocidade envolvida no coronelismo, que tão profundamente marcou o processo político brasileiro na primeira metade do século 20: “De um lado os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.” O coronelismo, na sua acepção original, já não tem mais a importância que tinha. Mas a inspirada expressão *cofre das graças* continua mais atual do que nunca. Poderia ter sido, especialmente, cunhada para analisar os descaminhos do debate sobre política econômica que hoje se trava no País, sob a influência da mobilização com as eleições municipais e da precoce inquietação da coalizão governista com a disputa eleitoral de 2002.

Pela primeira vez em muitos anos, a economia brasileira parece ter agora excelentes condições para iniciar uma retomada ordenada de crescimento econômico e criação de empregos. O ambiente externo permanecendo minimamente favorável, o sucesso e a sustentabilidade desta retomada deverão depender da capacidade do governo de mostrar a disciplina necessária para manter a condu-

ção da política macroeconômica na trilha estreita da coerência. E é isto que pode não ser fácil.

Nas últimas semanas, a base política do governo parece ter sido tomada de súbito furor eleitoral. Quer, à viva força, escancarar o cofre das graças. O melhor exemplo é o ruidoso lançamento da primitiva campanha do PFL em defesa de um reajuste de mais de 30% no salário mínimo em 1.º de maio. Os responsáveis por esta iniciativa parecem pouco se im-

portar com os efeitos que um reajuste desta ordem poderia vir a ter sobre as contas da Previdência, dos Estados e dos municípios. Ou com as dificuldades que poderia vir a

impor ao cumprimento das metas para inflação, à redução de taxas de juros e à retomada do crescimento e da criação de empregos. Outros partidos, em alvoroço, não escondem o entusiasmo com as novas e amplas possibilidades de uso do cofre das graças, ensinadas pelo extemporâneo ressurgimento do nacionalismo. A sempre incômoda e envergonhada defesa da distribuição de benesses aos amigos e financiadores de sempre passa agora a poder ser feita em outras bases: de forma muito mais desabrida e confortável, sob a sombra pretensamente respeitável de argumentos verde-amarelos.

Neste quadro, o governo tem em geral reagido bem e defendido, na medida do possível, a preservação da coerência da política econômica. Deixou o PFL falando sozinho e cada vez mais emaranhado nas contradições do seu novo discurso sobre salário mínimo. Tem-se mostrado firme na questão do Banespa. E, em entrevista recente, o presidente da República, num desabafo, declarou-se far-

to dos intermináveis pleitos do empresariado por “guarda-chuva do governo”.

Contudo, na questão do Fundo de Combate à Pobreza, a posição do governo merece reparos. Como se sabe, tal fundo resulta de uma iniciativa do Congresso que, desde o ano passado, vem sendo patrocinada com inusitado fervor pelo próprio presidente do Senado. Originalmente, envolvia uma proposta de emenda constitucional vinculando, até o ano 2010, cerca de um quinto da atual receita da CPMF ao financiamento de um novo programa de gastos com o combate à pobreza. Preocupado com a obrigatoriedade de se dar sobrevida tão longa a um tributo de tão baixa qualidade, o Executivo propôs que a vinculação durasse apenas dois anos. E, a partir de 2002, os gastos do programa passassem a ser custeados com os juros auferidos por um fundo especialmente constituído para este fim, a partir de receitas de privatização. Em 2011, findo o programa de gastos, o saldo do fundo seria integralmente destinado à redução da dívida do setor público. O governo alega ter encontrado a solução ideal. O novo programa de gastos estará devidamente financiado, sem que se prolonguem desnecessariamente as distorções da CPMF. E o princípio de canalizar a receita da privatização para abatimento da dívida pública estará estritamente preservado. Infelizmente, não é bem assim.

Não é preciso entediar o leitor com árida discussão sobre dinâmica da dívida pública. Basta um exemplo simples para que perceba a essência do que há de errado com o argumento do governo. Uma família deve R\$ 300 mil e enfrenta dificuldades para arcar com o pagamento de juros e seus demais gastos. Decide, assim, vender por R\$ 100 mil um imóvel que nada rende e resgatar parte da dívida, reduzindo-a a R\$ 200 mil.

Os juros passarão a ser dois terços do que eram e, mesmo que os demais gastos não se alterem, haverá um alívio financeiro significativo. Compare-se agora esta operação com outra parecida, a menos de uma “pequena” alteração. O imóvel é vendido, mas os recursos obtidos com a venda não são imediatamente destinados à redução da dívida. E, sim, utilizados para constituir um fundo, cujos rendimentos passam a financiar *novo* programa de gastos. A dívida continua em R\$ 300 mil e a conta de juros pagos permanece a mesma. Salta aos olhos que nesta segunda operação a venda do imóvel não propicia nenhum alívio financeiro. O aperto continua o mesmo. O alívio só virá quando o *novo* programa de gastos for afinal desativado e a dívida, efetivamente reduzida. No caso, em 2011.

Não há alquimia fiscal capaz de criar recursos do nada. Ou bem os recursos são utilizados para aliviar as despesas com juros, ou bem são destinados ao custeio do novo programa. É claro que são só R\$ 4 bilhões por ano e a destinação é meritória. E, até 2001, os gastos estarão sendo financiados pela CPMF. O imposto é péssimo, mas pelo menos arrecada recursos de verdade. Não parece ser, portanto, o caso de concluir que a coerência da política macroeconômica esteja, desde já, seriamente comprometida. É claro que não. O problema é o precedente. Se a mágica é boa para R\$ 4 bilhões, por que não para R\$ 14 bilhões? E, se funciona tão bem a partir de 2002, por que não a partir já de 2000? Se esta proposta passa, não vão faltar no Congresso (e no Executivo) outras na mesma linha. Todas no afã de abrir com mais generosidade o cofre das graças.

■ Rogério L. Furquim Werneck é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio